

Transfobia Algorítmica: a reprodução binária em imagens de pessoas trans*

*Algorithmic Transphobia: Binary Reproduction in Images of Trans Individuals**

Deborah Teles de Meneses Gonçalves  

deborah.tdemg@gmail.com

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Giulia Pereira Santos  

giups@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Paulo Boa Sorte  

pauloboasorte@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Resumo

Este artigo aborda o impacto da inteligência artificial (IA), em particular da visão de máquina, na identificação de gênero, destacando desafios e implicações para pessoas de gêneros dissidentes, entendidos, neste trabalho, como indivíduos que divergem do regime binário de generificação de corpxs enquanto homens ou mulheres (PRECIADO, 2018). O cerne do problema reside na análise de características faciais e padrões visuais para identificar o gênero, uma prática que, frequentemente, se baseia em padrões binários, exclui e marginaliza pessoas cujas identidades de gênero transcendem essas normas. A consequência desse viés é a perpetuação da transfobia algorítmica, em que máquinas, ao serem programadas para interpretar o gênero, podem negligenciar e excluir indivíduos que não se identificam com o sexo atribuído ao nascimento. Nesse sentido, propomos a análise de casos de transfobia algorítmica por meio de uma pesquisa exploratório-descritiva que abarca relatos on-line de agressões relacionadas à imagem de pessoas trans* em plataformas digitais. O estudo explora uma variedade de fontes, como notícias, blogs e canais de reclamação, entre 2020 e 2022. A análise identifica categorias emergentes, abordando a discriminação relacionada à imagem de pessoas trans*. O referencial teórico abarca discussões sobre identidades de gênero (FOUCAULT, 1978; SALIH, 2012; BUTLER, 2018; SOUZA 2022); pós-digital, plataformas e visão de máquina (DJICK; POELL; WALL, 2018; SILVA, 2021; STORM, 2021; KAUFMAN, 2022; SHIH, 2023). Os resultados destacam a persistência da transfobia no Tinder, com exclusões arbitrárias de contas de pessoas trans*. Denúncias no Reclame Aqui revelam inconsistências nas políticas do Instagram, evidenciando transfobia estrutural. O uso

* Termo guarda-chuva utilizado para enfatizar a agregação das mais diversas identidades de gêneros dissidentes que ultrapassam a cisgeneridade, à tal palavra (trans), podendo ser lida enquanto transgênerx, não-binárix, agênerx, genderqueer, gênerx flúidx etc.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 22/02/2024

Aprovação do trabalho: 22/04/2024

Publicação do trabalho: 14/05/2024

 10.46230/2674-8266-15-12594

COMO CITAR

GONÇALVES, Deborah Teles de Meneses; SANTOS, Giulia Pereira; SORTE, Paulo Boa. Transfobia Algorítmica: a reprodução binária em imagens de pessoas trans*. *Revista Linguagem em Foco*, v.15, n.3, 2024. p. 115-132. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/12594>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

do reconhecimento facial levanta preocupações sobre discriminação algorítmica, destacando a necessidade de regulamentação. A pesquisa ressalta a urgência de ações para combater a discriminação sistêmica e propõe o abandono da rotulação de gênero em sistemas de IA para promover equidade.

Palavras-chave

linguística. cibernética. matematização. comunicação. entropia.

Abstract

This article addresses the impact of artificial intelligence (AI), particularly computer vision, on gender identification, highlighting challenges and implications for gender non-conforming individuals, which is understood in this work as those who diverge from the binary gender regime of categorizing bodies as either men or women (PRECIADO, 2018). The crux of the issue lies in the analysis of facial features and visual patterns to identify gender, a practice that often relies on binary standards, excluding and marginalizing individuals whose gender identities transcend these norms. The consequence of this bias is the perpetuation of algorithmic transphobia, where machines, when programmed to interpret gender, may overlook and exclude individuals who do not identify with the sex assigned at birth. In this sense, we propose the analysis of cases of algorithmic transphobia through an exploratory-descriptive research that encompasses online reports of image-related aggression against trans* individuals on digital platforms. The study explores a variety of sources, such as news, blogs, and complaint channels, between 2020 and 2022. The analysis identifies emerging categories, addressing discrimination related to the image of trans* individuals. The theoretical framework encompasses discussions on gender identities (FOUCAULT, 1978; SALIH, 2012; BUTLER, 2018; SOUZA, 2022); post-digital, platforms, and computer vision (DJICK; POELL; WALL, 2018; SILVA, 2021; STORM, 2021; KAUFMAN, 2022; SHIH, 2023). The results highlight the persistence of transphobia on Tinder, with arbitrary exclusions of trans* accounts. Complaints on *Reclame Aqui* reveal inconsistencies in Instagram's policies, evidencing structural transphobia. The use of facial recognition raises concerns about algorithmic discrimination, emphasizing the need for regulation. The research underscores the urgency of action to combat systemic discrimination and proposes abandoning gender labeling in AI systems to promote equity.

Keywords

transphobia. algorithm. gender non-conforming. computer vision.

Introdução

Desde o lançamento do ChatGPT – a maior e mais avançada arquitetura de modelos de linguagem disponibilizada ao público –, a Inteligência Artificial (IA) tem recebido destaque em debates na imprensa e na ciência. Como estamos lidando com sistemas que aprendem com dados disponíveis na rede mundial de computadores e simulam o pensar e o agir humanos, desdobram-se diversas possibilidades de métodos e técnicas estatísticas com foco em inovação e mudanças que impulsionam novas formas de comunicação. Uma delas é a visão de máquina ou visão computacional. Como discutiremos adiante, trata-se da capacidade de captura e processamento de imagens assemelhando-se à maneira como o olho humano desempenha essa tarefa.

Em se tratando da identificação do gênero de um sujeito¹, a análise de

1 Utilizaremos o “x” com o intuito de ultrapassar a generificação binária gramatical, a fim de que tal movimento simbolize o que acreditamos ser necessário também na generificação social, uma vez que, “[...] se até mesmo o gênero gramatical – que sempre foi tido como necessário à língua, pois seria o reflexo incontestável da biologia – tem sofrido turbulências, nada mais garante a tão-desejada estabilidade do social” (Borba; Lopes, 2018, p. 248).

características faciais e padrões visuais realizados pela máquina tende a ser problemática, pois se baseia nos padrões binários de gênero, isto é, masculino e feminino. Nesse contexto, pessoas de gêneros dissidentes podem ser apontadas como pertencentes ao gênero com o qual não se identificam, caracterizando como transfobia, ou seja, ao programar as máquinas para a leitura do gênero, o algoritmo – a sequência de passos ou regras usada na computação para realizar operações, processar dados e resolver problemas – negligencia indivíduos que não se identificam com o sexo atribuído ao nascimento, resultando na exclusão de seus perfis de mídia, muitas vezes rotulados como falsos. Esse processo invisibiliza e marginaliza aqueles cujas identidades de gênero transcendem a designação inicial, contribuindo para uma representação inadequada e discriminatória nas plataformas digitais.

Este trabalho objetiva identificar, por meio de pesquisa exploratório-descritiva (LAVILLE; DIONE, 1999), registros de transfobia algorítmica. A partir de um *corpus* maior, selecionamos aqui sete relatos on-line que serviram para a coleta de dados. Para realizar esse percurso metodológico, coletamos textos de fontes distintas, que trazem, em seu conteúdo, agressões relacionadas à imagem de pessoas trans* em plataformas digitais. Dado o amplo espectro de formas de desconforto transfóbico disseminadas nessas aplicações, nosso critério de escolha concentrou-se na discriminação específica relacionada à imagem de pessoas trans*. Os textos escolhidos foram produzidos entre 2020 e 2022 e incluem: (i) duas notícias do jornal Metrôpoles; (ii) uma reportagem da Agência Pública; (iii) e três registros do site Reclame Aqui e (iv) um artigo do Medium. Para a análise, destacamos trechos que consideramos pertinentes, realizamos comparações para identificar categorias de análise emergentes e definimos categorias à luz das perspectivas epistemológicas apresentadas. Antes, porém, faz-se necessário discutir as nossas bases teóricas sobre identidades de gênero, plataformas e visão de máquina.

1 Fundamentação teórica

A imposição de normatividades sobre identidades de gênero reflete um processo complexo de categorização influenciado por diversas instituições sociais. Foucault (1978) discute como essas normas são fundamentadas em premissas morais, psicológicas e estatais, perpetuando padrões cis-heteronormativos que restringem a expressão da diversidade de gênero. Butler (2018) complementa essa visão, argumentando que a categorização binária do gênero como mas-

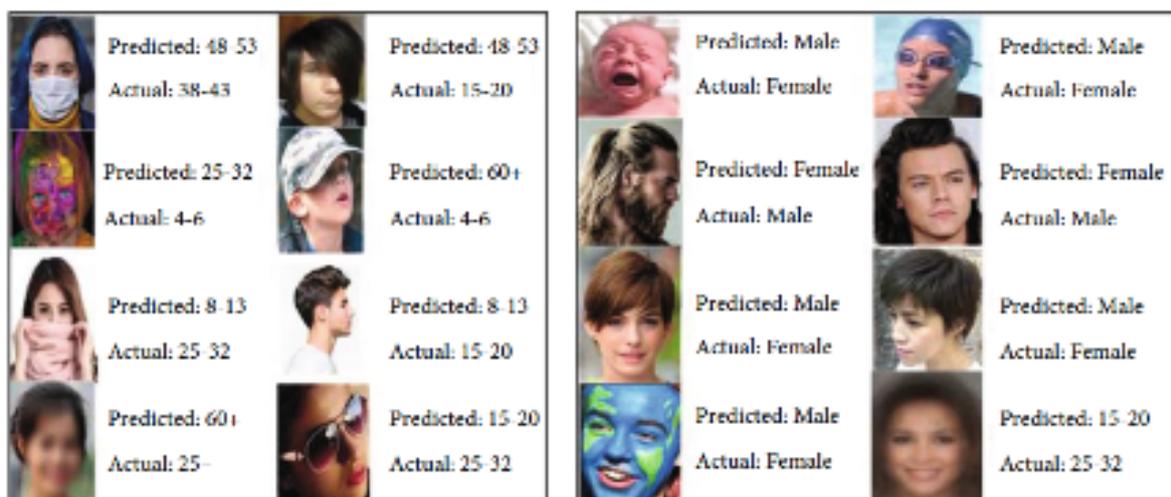
culino ou feminino é arbitrária, pois o gênero é uma construção social imposta sobre corpos já determinados biologicamente. A linguagem desempenha um papel fundamental nesse processo, como aponta Salih (2012), ao destacar que a identidade é uma prática significativa moldada por discursos culturais.

A resistência às normas cisnormativas é evidenciada pelos movimentos de “Trans-Formação” (LUCAS, 2020), que reconhecem as subjetividades trans* como diversas expressões de gênero que desafiam as normas binárias (SANTOS, 2022). No entanto, mesmo essas identidades dissidentes enfrentam a interferência do binarismo cisnormativo, como discutido por Preciado (2018), que destaca como instituições médicas patologizam corpos trans* e impõem procedimentos invasivos. A farmacopornografia contemporânea, segundo o autor, exerce controle não apenas externamente, mas também intrinsecamente sobre os corpos, perpetuando padrões normativos.

A tecnologia digital e a IA, presentes em plataformas cotidianas, refletem os vieses e preconceitos humanos. Algoritmos e visão de máquina reproduzem perspectivas eurocêntricas, excluindo pessoas trans* e não binárias (SILVA, 2021). Kaufman (2022) ressalta como esses sistemas, embora busquem a neutralidade, refletem valores e preconceitos humanos, evidenciando a necessidade de uma análise crítica de seu funcionamento.

O grande desafio, no que se refere ao campo da visão de máquina, é a identificação do gênero de uma pessoa. O algoritmo e as técnicas de aprendizado de máquina direcionam para a identificação dos rostos por meio da análise de características faciais e padrões visuais que estão associados ao gênero. O grande questionamento que fazemos e que reside nessa discussão é se há, de fato, a necessidade de identificação do gênero por meio do uso de IA. Em recentes publicações, ainda se explica a classificação de gênero como uma questão de classe binária, cujo reconhecimento ocorre com base em características de masculinidade e feminilidade (SWAMINATHAN *et al.*, 2020; HASEENA *et al.* 2022). Conforme a imagem 1 a seguir, os autores apontam problemas na identificação equivocada de visão de máquina acerca de gênero e idade das fotografias coletadas para análise.

Imagem 1 - Identificação equivocada de gêneros binários pela visão de máquina



Fonte: HASEENA *et al.* (2022, p.12).

Um dos exemplos da imagem 1 é a detecção incorreta do gênero do cantor britânico Harry Styles pela máquina (segunda foto da quarta coluna), que o identificou erroneamente como feminino. Diante disso, se a precisão da identificação de gênero por meio de visão computacional apresenta falhas ao lidar com indivíduos cisgêneros, surge a preocupação sobre a viabilidade de utilizar treinamento de máquina para identificar adequadamente pessoas trans* e não binárias.

Por outro prisma, a ideia de Storm (2021) é que os modelos de visão de máquina parem de rotular gênero e já existem iniciativas nessa direção. No Brasil, um exemplo notável de treinamento de IA desvinculado da consideração da identidade de gênero ocorreu durante o concurso de Cosplay no festival Rock in Rio de 2022, conforme destaca Shih (2023). Ela desempenhou um papel crucial no treinamento de máquinas designadas como juízes para avaliar e premiar as melhores fantasias. Nesse concurso específico, a identificação de gênero não foi um critério considerado no processo de treinamento de máquina destinado a julgar as fantasias premiadas.

Essa abordagem inovadora e inclusiva ressalta a importância de repensar as práticas de treinamento de IA, abrindo espaço para uma análise mais profunda sobre a coleta e interpretação de dados em um contexto socialmente sensível. Na próxima seção, exploraremos mais detalhadamente essa questão e seu impacto na análise de dados.

2 Análise de dados

Como existem diversas formas de desconforto transfóbicas promovidas pelas plataformas digitais, o nosso critério para a curadoria dos textos foi a discriminação referente exclusivamente à imagem de pessoas trans*. Os textos escolhidos foram produzidos no período entre 2020 e 2022. Analisamos duas notícias publicadas no jornal Metrôpoles, uma reportagem publicada no jornal Agência Pública, um artigo publicado no Medium e três reclamações no site Reclame Aqui. Para a análise, separamos trechos dos textos que consideramos relevantes, comparamos a fim de encontrar categorias de análise emergentes e analisamos as categorias versando com a perspectiva das epistemologias apresentadas.

2.1 Tinder, algoritmos e as (não) relações amorosas

Os primeiros textos analisados foram as notícias do portal Metrôpoles, publicadas nos anos de 2020 e 2022 e que se relacionam aos termos e condições de uso do Tinder ao excluir perfis e banir usuários. O Tinder é uma rede geossocial² da InterActiveCorp (IAC), que tem como função ser um aplicativo de relacionamento gratuito³, e chegou no Brasil no ano de 2013. Ela é descrita, no site da rede, como uma ótima opção para conhecer novas pessoas "fora da sua bolha" e como uma forma fácil de dar "*match*" com alguém. Nesse mesmo site, eles afirmam "que todo mundo tem o direito de ser visto e de dar o primeiro passo, não importa como essa pessoa se identifica". Porém, não é essa a conclusão que podemos chegar ao nos depararmos com o que vem acontecendo com usuárixs que se identificam como sujeitxs trans*. Pois, segundo as matérias do portal Metrôpoles, desde 2015, muitxs alegam que vêm sofrendo transfobia no e do aplicativo, por meio da exclusão infundada e sem justificativa de suas contas.

No primeiro artigo do Metrôpoles, de 2020, temos acesso à declaração de uma personalidade brasileira. Publicada em uma mídia social, a celebridade afirmou que, ao criar uma conta no Tinder, foi banida em "um minuto". Fato que ela acredita ter acontecido por ter tido sua conta denunciada por outros usuários, sob o pretexto de infração das "políticas e regras da comunidade" da plataforma, o qual oculta o real motivo: ser uma pessoa trans*. Destacando a situação como injusta e criminoso. Esse relato desencadeou uma série de depoimentos semelhantes, resultando na popularização da hashtag "TinderTransfobico", que alcan-

2 Rede social que inclui funcionalidade relacionada com georreferenciação.

3 Na sua versão simples. Caso se queiram funcionalidades exclusivas, podem-se assinar versões pagas.

çou os Trending Topics no Brasil. A maioria dos depoimentos indicou que contas de usuárixs trans* estavam sendo denunciadas de maneira injusta por usuários transfóbicos, e essas denúncias foram acatadas pela plataforma. A resposta da plataforma consistia em excluir as contas denunciadas sem fornecer explicações adequadas, mesmo quando questionada pelos próprios usuários.

Imagem 2 - Captura de tela da manchete do Portal Metrôpoles



Fonte: Metrôpoles (2020). Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/tinder-e-acusado-de-transfobia-e-usuarios-relatam-exclusao-de-perfis>. Acesso em: 9 nov. 2023,

Essa onda desencadeou o que poderia ser comparado à "abertura da caixa de Pandora", revelando um modelo discriminatório, que aporta e instiga um ideal binário (PRECIADO, 2018), subjacente em muitas redes sociais. Além disso, ela trouxe à tona outras questões dentro de uma rede que proclama ser inclusiva e solidária à causa LGBTQIAPN+, mas que, em suas práticas, contradiz esses princípios. Por exemplo, até o ano dessa "polêmica" vir à tona, a plataforma não dispunha de opções de seleção de identidade de gênero que não fossem "homem" ou "mulher". Somente após a repercussão desses casos, foi lançada uma atualização condizente a diversidade que contempla as múltiplas identidades de gênero dissidentes que ultrapassam a cisgeneridade (SANTOS, 2022)

Em 2021, uma outra reportagem foi publicada, desta vez pela Agência Pública, abordando a persistência do banimento injusto (ainda por denúncias sob pretexto de infração das "políticas e regras da comunidade" da plataforma, como explanado na seção anterior) de pessoas trans* enquanto usuárixs da plataforma e as promessas não cumpridas pela empresa Tinder, para solucionar tal situação. Nesse contexto, a agência jornalística destaca que esses ocorridos persistem

há pelo menos seis anos no Brasil, uma informação confirmada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), na reportagem. Mas, apesar das diversas denúncias que incluem processos formais no judiciário, a plataforma, até aquele momento, ainda não havia adotado medidas eficazes para evitar futuras exclusões dos perfis de usuárixs trans* e/ou para remediar os danos dxs que já tiveram seus perfis excluídos.

Imagem 3 - Captura de tela da manchete da Agência Pública



Fonte: Agência Pública (2021). Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/tinder-faz-campanha-contra-lgbtfobia-mas-continua-a-banir-perfis-de-pessoas-trans/#:~:text=Apesar%20dos%20relatos%20de%20transfobia,parte%20das%20postagens%20da%20p%C3%AAlgina>. Acesso em: 9 nov. 2023,

A Agência Pública também ouviu diversxs usuárixs e, em todos os relatos presentes na reportagem, é possível experienciar as sequelas que a situação tem causado a cada umx delxs. Uma das usuárixs conta que “sofreu períodos de depressão e chegou a ter pensamentos suicidas” após ter sido privada de acesso à plataforma por mais de uma vez, consecutivamente e sob a mesma justificativa padrão da empresa – de que houve infração das “políticas e regras da comunidade” da plataforma –, compartilhando também que “se muitos homens me denunciam, por pura intolerância de gênero, e o Tinder me expulsa do aplicativo sem investigar por que motivo estão me denunciando, a empresa está concordando [...] e isso é uma questão grave de transfobia”. Ela acrescentou que a única infração que cometeu para ser bloqueada é ser quem ela é.

Por fim, em 2022, uma nova reportagem do Metrôpoles reiterou a falta

de comprometimento do Tinder com xs usuárixs trans* ao negar as acusações e ao afirmar que "não bane usuários por causa de sua identidade de gênero". Segundo a reportagem, a empresa não se empenhou em investigar os incidentes relatados, explicando-os com respostas pré-fabricadas e genéricas, alegando que o bloqueio de contas ocorre porque o algoritmo do aplicativo permite a exclusão automática de perfis que recebem muitas denúncias. Além disso, os organizadores da plataforma justificaram os eventos em nota pública ao mencionar que as plataformas on-line são suscetíveis ao preconceito e estigma enfrentados por comunidades vulneráveis na sociedade.

Imagem 4 - Captura de tela da manchete do Portal Metrôpoles



Fonte: Metrôpoles (2022) Disponível em <https://www.metropoles.com/distrito-federal/tinder-e-acusado-de-banir-perfis-de-mulheres-trans-e-transfobia/amp>. Acesso em: 9 nov. 2023

O Tinder tentou remediar a situação com ações, como parcerias com artistas trans* e postagens estratégicas sobre o tema em suas redes sociais, na tentativa de melhorar a imagem da empresa, porém persistiu na utilização de "políticas e regras da comunidade" que possibilitam a ocorrência desses incidentes, como exemplificado a seguir:

- 1- Como membro da comunidade do Tinder, **incentivamos você a denunciar**. Se alguém causar algum dano a você, **te deixar desconfortável ou violar as Diretrizes da comunidade, denuncie**. Sua denúncia é sempre confidencial. **Ao denunciar, você nos ajuda a parar comportamentos nocivos e a proteger os outros**.
- 2- **O Tinder reserva-se o direito de investigar e/ou encerrar contas** (...) se acharmos que o serviço foi usado de forma enganosa ou **que a pessoa agiu de forma inapropriada, [...] ou em violação das Diretrizes da comunidade ou dos Termos de uso [...]** (TINDER, 2023, grifos nossos).

Enquanto isso, ocorrem verdadeiras infrações das políticas. Como as citadas por outra entrevistada pelo Metrôpoles, que relata haver, no Tinder, muitos perfis falsos, com descrições sexuais ou eróticas, além de fotos de homens insinuando órgãos sexuais "marcados" na cueca. No entanto, esses perfis não são bloqueados, pois essas violações não são relacionadas à regra principal, estabelecida pelos dispositivos reguladores em função (FOUCAULT, 1978): ser um corpo cisgênero.

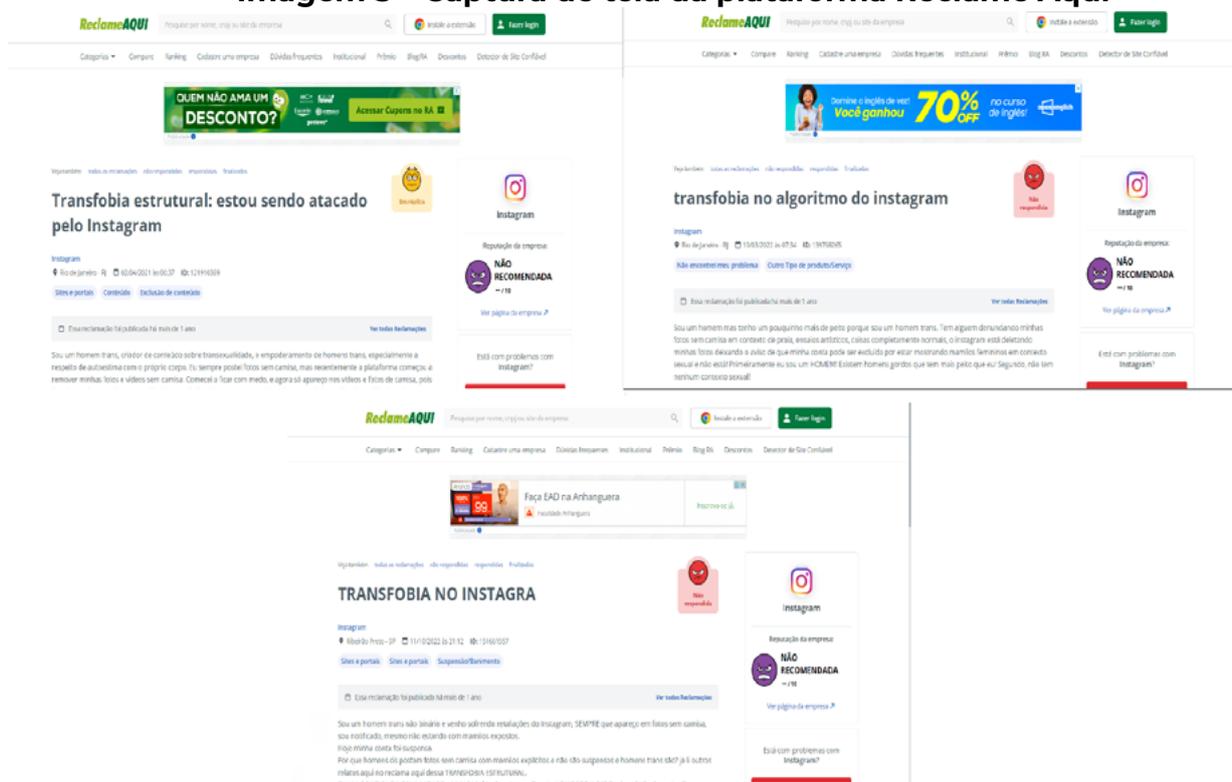
Nesse contexto, evidencia-se não só a presença e persistência de um problema sistêmico, como também destaca-se a ausência de responsabilização e prestação de contas por parte das *Big Techs*, que atribuem a responsabilidade do tratamento dessas violações aos algoritmos e deslocam o foco para a alegada suscetibilidade das tecnologias ao preconceito, eximindo-se do compromisso enquanto desenvolvedoras dessas plataformas que são treinadas pelas suas próprias subjetividades (KAUFMAN, 2022; SHIH, 2023).

Levanta-se, também, questionamentos sobre a eficácia e imparcialidade desse sistema de regras. Pois, ao incentivar denúncias sem fornecer claras diretrizes sobre o que constitui uma violação, o Tinder estabelece um cenário que favorece o abuso de tais regras, especialmente por parte de usuários com intenções discriminatórias. Além disso, a comparação entre a maneira como a empresa lida com falsas infrações e as reais destaca a discrepância nas prioridades desta que, com efeito, não parece ser a de criar um ambiente seguro e inclusivo para todxs usuárixs, agravando assim a vulnerabilidade dxs sujeitxs trans*.

2.2 Denúncias de transfobia pelo Instagram relatadas no Reclame Aqui

Os três textos separados para análise tratam de denúncias publicadas na plataforma Reclame Aqui feitas por homens trans* que relatam terem sofrido injúria imagética do *Instagram*. A plataforma em que as reclamações foram postadas é um ambiente digital brasileiro que permite serviços gratuitos, tanto para os consumidores que buscam manifestar insatisfação acerca de atendimentos, compras, vendas, produtos e serviços como para as empresas que desejam responder e criar um diálogo com os clientes.

Imagem 5 – Captura de tela de tela da plataforma Reclame Aqui



Fonte: Plataforma Reclame Aqui (2023) Disponível em https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-estrutural-estou-sendo-atacado-pelo-instagram_ashqLVbe6GqW3siy/ https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-no-algoritmo-do-instagram_1KF6MtGUWapq5Utl/ https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-no-instagra_XJAJ1qhaVi4Al_xM/. Acesso em: 28 nov. 2023

As capturas de tela, publicadas entre 2021 e 2022, foram escritas anonimamente, da cidade do Rio de Janeiro e de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Os três textos relatam casos de transfobia causados pelo *Instagram* quando os indivíduos postaram fotos sem camisa e expuseram seus corpos na rede social em contextos cotidianos, como uma *selfie* na praia. Dois dos indivíduos que relataram esse problema, comentam respectivamente:

Sou um homem trans não binário e venho sofrendo retaliações do Instagram, SEMPRE que apareço em fotos sem camisa, sou notificado, mesmo não estando com mamilos expostos.

Sou um homem trans, criador de conteúdo sobre transexualidade, e empoderamento de homens trans, especialmente a respeito da autoestima com o próprio corpo. Eu sempre posteí fotos sem camisa, mas recentemente a plataforma começou a remover minhas fotos e vídeos sem camisa.

Em ambas as declarações dos participantes, é empregado o advérbio "sempre", indicando que eles consistentemente mantêm o hábito de compartilhar fotos no Instagram, assim como muitas outras pessoas na plataforma. No entanto, frequentemente essas postagens são removidas da rede social em virtude de denúncias e da interpretação dos algoritmos do Instagram sobre esses dados.

A forma como o algoritmo dessa rede social analisa as imagens dessas pessoas trans* apresenta-se como binária, por meio da visão de máquina, nesse sentido a visão computacional é programada para criar categorias parciais que valorizam morais consideradas formativas da nossa sociedade (SILVA, 2021). De acordo com as denúncias dos usuários trans* dessas plataformas, homens e mulheres cis expõem seus corpos da mesma maneira e não têm suas publicações ou contas suspensas:

Por que homens cis postam fotos sem camisa com mamilos explícitos e não são suspensos e homens trans são? ja li outros relatos aqui no reclama aqui dessa TRANSFOBIA ESTRUTURAL. EU LI A POLÍTICA DA COMUNIDADE e NUNCA infringi nenhuma diretriz [...].

Estou escrevendo muito nervoso e triste, com medo da minha conta ser excluída sem que eu tenha violado absolutamente nenhuma politica (eu li as regras no que tange conteúdo sexual e como respeitar a política da comunidade).

Por meio dos trechos mencionados, ambos os indivíduos indicam estar cientes das políticas de publicação do Instagram, defendendo que não violam essas diretrizes. Além disso, os depoimentos ressaltam que os denunciantes têm conhecimento das orientações e que a frustração e apreensão expressas por eles não apenas refletem a violação de sua liberdade de expressão e construção de identidade por meio da difamação de suas imagens como também revelam um impacto emocional significativo, como evidenciado pelo tom encolerizado de suas declarações.

Além disso, as comparações feitas pelos denunciantes entre as experiências de homens cis e homens trans*, na plataforma, destacam a existência de uma transfobia estrutural. Ao questionar por que homens cis podem postar fotos semelhantes sem enfrentar retaliações, os denunciantes apontam para uma discriminação sistêmica, sugerindo que as políticas da plataforma estão sendo aplicadas de maneira desigual com base na identidade de gênero, um reflexo de como a sociedade entende as pessoas trans* e um lembrete de que essas tecnologias são programadas, como sugere Kaufman (2022), por pessoas com moral e contextos específicos. Essa disparidade não apenas perpetua estereótipos como

também contribui para a marginalização de pessoas trans*, reforçando a importância de um exame mais aprofundado e crítico das práticas algorítmicas do *Instagram* em relação à diversidade de gênero.

2.3 A implementação do reconhecimento facial

Para além das problemáticas referentes ao algoritmo do Tinder, refletimos sobre a implementação das tecnologias de reconhecimento facial e as suas implicações na população trans*. Para tanto, analisamos o artigo publicado pela organização *Coding Rights*, no Medium, no ano de 2021, durante a semana da visibilidade trans (CODING RIGHTS, 2021). O grupo em questão visa lançar um olhar interseccional (raça, classe e território) no desenvolvimento e regulação da utilização das tecnologias digitais.

Imagem 6 – Captura de tela do artigo Medium



Fonte: Metrôpoles (2022) Disponível em: <https://medium.com/codingrights/tecnologias-de-reconhecimento-facial-na-verifica%C3%A7%C3%A3o-de-identidades-trans-7d3ac3f49b92>. Acesso em: 22 nov. 2023

Ao longo do artigo, apresentam-se argumentos que verificam a iminente instituição do reconhecimento facial em diversos âmbitos sociais, uma vez que órgãos do Governo Federal têm desenvolvido pilotos para a verificação de identidade em serviços públicos, como INSS, MEI e em outros serviços que estão sendo integrados por meio do aplicativo gov.br e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) como uma forma de assinatura avançada.

Embora a implementação do reconhecimento facial pareça ser uma conveniência para o dia a dia, as autoras expressam preocupações em relação à discriminação algorítmica resultante dessa tecnologia. Esse ativismo se concentra especialmente na cidadania de pessoas trans* e não binárias no contexto brasileiro, já que a não identificação por essa tecnologia significa, essencialmente, ser excluído de espaços essenciais para a sobrevivência.

A empresa responsável pelo sistema de reconhecimento facial implementado no Brasil, SERPRO, opera comparando imagens com outras bases de dados do Governo Federal. Ao questionarem o SERPRO sobre a margem de erro do sistema de reconhecimento facial utilizado pelo INSS, por meio da Lei de Acesso à Informação, as autoras obtiveram a informação de que o referido sistema validou apenas 64,32% das biometrias, enquanto apresentou uma taxa de similaridade de 93% para o reconhecimento facial incorporado na CNH.

Questiona-se, no artigo, “o que acontece quando mudamos muito, por exemplo, transicionamos, e a similaridade fica abaixo de 93%?”. Logo em seguida, as autoras apresentam o caso dx estudante trans* que teve seu passe de ônibus bloqueado no reconhecimento facial de transporte público. Além disso, as autoras destacam que empresas como IBM, Microsoft e Amazon enfrentam dificuldades no reconhecimento facial de rostos de mulheres negras, uma constatação feita pelas pesquisadoras Joy Boulamwini e Timnit Gebru (2018).

Trata-se, portanto, da manifestação de um movimento hegemônico e excludente que se inicia em plataformas com características privadas — como as redes sociais e outras mídias — e se expande para ambientes públicos, federais e estatais. Estamos diante do colonialismo de dados (CASSINO, 2021) na sua maneira mais pura, reproduzindo códigos da colonização clássica por meio das tecnologias digitais e aumentando o abismo social entre as populações ricas e pobres, brancas e não-brancas, cisgênero e trans*.

Para além das problemáticas relacionadas à discriminação de imagem e acesso, as autoras ainda discutem os problemas que advêm da falta de esclarecimento de como os dados são interpretados e como são analisadas as margens de erro:

Precisamos de mais transparência e dados sistematizados para monitorar erros do sistema e o impacto que isso pode ter em direitos humanos [...] esses órgãos apresentam dados de erros, não trazem uma visão desagregada desses percentuais, contraria-se, portanto, uma tendência de análise dessas tecnologias que levam em conta diferentes perfis demográficos [...] No Brasil, prevalece a falta de transparência (CODING RIGHTS, 2021).

O armazenamento de nossos dados por empresas estatais suscetíveis à privatização, a falta de transparência das *Big Techs* e a constante discriminação das populações minorizadas em sua representação são problemas interligados e sistemáticos. Essa interconexão cria uma relação de causalidade entre essas questões, em vez de uma sequência linear como um “efeito cascata”. Reforçamos aqui o posicionamento de Storm (2021) acerca da necessidade de os modelos de visão de máquina pararem de rotular gêneros. A raiz subjacente do problema da exclusão de pessoas trans* e outras comunidades em contextos envolvendo tecnologias digitais no Brasil ainda está enraizada nas dinâmicas colonizadoras presentes em nossa estrutura social.

Considerações finais

Reconhecemos a relevância da busca pelos direitos e cidadania. Iniciativas como a publicação de artigos e a divulgação de pesquisas, como o evento ao vivo realizado pela Coding Rights (2021), assim como as denúncias feitas por pessoas trans* no Reclame Aqui, têm o potencial de aumentar a conscientização entre grupos minorizados sobre essas questões. O objetivo é democratizar o acesso aos dados, tornando esse conhecimento mais acessível para essas comunidades e regulamentando a implementação de tecnologias relacionadas.

A análise dos dados revela a diversidade das formas de discriminação enfrentadas por pessoas trans* em plataformas digitais. Ao focar especificamente na discriminação relacionada à imagem, a pesquisa examinou textos de diferentes fontes, como notícias, reclamações e artigos, publicados entre 2020 e 2022. A investigação sobre o Tinder destacou a persistência da transfobia na plataforma, evidenciada por exclusões arbitrárias de contas de usuárixs trans*. A resposta da empresa às denúncias revelou uma falta de comprometimento e uma desigualdade nas prioridades, reforçando a vulnerabilidade desses sujeitxs.

As denúncias feitas por homens trans* no Reclame Aqui mostram a inconsistência nas políticas de remoção de conteúdo do Instagram. Se compararmos as experiências de homens cis e trans*, podemos destacar uma transfobia estrutural, evidenciando a necessidade de uma revisão crítica das práticas algorítmicas da plataforma em relação à diversidade de gênero. Já o uso crescente do reconhecimento facial no Brasil, conforme abordado no artigo da Coding Rights (2021), levanta preocupações sobre discriminação algorítmica. A falta de transparência nas políticas de reconhecimento facial e suas implicações na identidade de pessoas trans* são acentuadas, destacando a necessidade de regulamenta-

ção e maior clareza nos processos.

A discussão sobre o colonialismo de dados enfatiza como essas questões extrapolam plataformas privadas, afetando ambientes públicos e governamentais. A falta de transparência na interpretação de dados e nas margens de erro dos sistemas aprofunda as preocupações, revelando a necessidade urgente de mais informações e análises desagregadas. A análise final destaca a interconexão entre o armazenamento de dados, a falta de transparência das grandes empresas de tecnologia e a discriminação persistente contra populações minorizadas. Esses problemas não são eventos isolados, mas sim manifestações de um sistema interligado, enraizado em dinâmicas colonizadoras presentes na estrutura social brasileira.

Esta pesquisa ressaltou, nesse sentido, a urgência de ações regulatórias, transparência e conscientização para abordar a discriminação sistêmica contra pessoas trans* em ambientes digitais. Nessa direção, reforçamos a necessidade de mudanças nos modelos de visão de máquina, que precisam optar pelo abandono da rotulação de gênero por esses aplicativos, com base nas iniciativas já existentes nessa direção, conforme relatamos neste artigo. Essa abordagem pode oferecer uma perspectiva promissora na atenuação de vieses de gênero em sistemas de IA, sugerindo uma jornada contínua em direção à criação de espaços mais inclusivos e equitativos para todxs. A experiência do Rock in Rio demonstra que é possível desenvolver sistemas de IA que não perpetuem estereótipos de gênero, contribuindo para um avanço significativo na busca por equidade e justiça em tecnologias futuras.

Referências

BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: Imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, p. 241-285. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15198>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, p. 77-91. 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a/buolamwini18a.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, M. Tinder é acusado de banir perfis de mulheres trans: "é transfobia". **Metrópoles**, Distrito Federal, 18 jun. 2022. Disponível em: https://www-metropoles-com.cdn.ampproject.org/v/s/www.metropoles.com/distrito-federal/tinder-e-acusado-de-banir-perfis-de-mulheres-trans-e-transfobia/amp?amp_gsa=1&_js_v=a9&usqp=mq331AQ!UAKwAS-

CAAgM%3D#amp_ct=1696206299985&_tf=De%20%251%24s&aoh=16962062293602&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.metropoles.com%2Fdistributo-federal%2Ftinder-e-acusado-de-banir-perfis-de-mulheres-trans-e-transfobia. Acesso em: 9 de nov. 2023.

CASSINO, J. F. O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. *In*: CASSINO, J. F.; SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J. (Orgs.) **Colonialismo de dados**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021, p. 13-31.

CODING RIGHTS. Tecnologias de reconhecimento facial na verificação de identidades trans. **Medium**, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://medium.com/codingrights/tecnologias-de-reconhecimento-facial-na-verifica%C3%A7%C3%A3o-de-identidades-trans-7d3ac3f49b92>. Acesso em: 22 nov. 2023

DIJCK, J. V.; POELL, T.; WAAL, M. D. **The Platform Society**: public values in a connective world. Nova Iorque: Oxford, 2018.

FOUCAULT, M. **The history of sexuality**: an introduction. Nova Iorque: Pantheon Books, 1978.

HASEENA, S.; SAROJA, S.; MADAVAN, R.; KARTHICH, A.; PANT, B.; KIFETEW, M. Prediction of the Age and Gender Based on Human Face Images. **Computational and Mathematical Methods in Medicine**, v. 1, 2022, p. 1-16. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/cm/mm/2022/1413597/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

KAUFMAN, D. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCAS, M. Próteses de proteção. **Revista Serrote**, São Paulo, n. 35-36, p. 5-15, 2020. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/wp-content/uploads/2020/11/serrote35_36-amostra.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

LUNARDI, A. Tinder faz campanha contra LGBTfobia, mas continua a banir perfis de pessoas trans. **Pública**. 2021. Disponível em: https://apublica-org.cdn.ampproject.org/v/s/apublica.org/2022/05/tinder-faz-campanha-contralgbtfobia-mas-continua-a-banir-perfis-de-pessoas-trans/?amp=&gclid=1&js_v=a9&usqp=mq331AQIUAKwASCAAg-M%3D#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16962057756965&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fapublica.org%2F2022%2F05%2Ftinder-faz-campanha-contralgbtfobia-mas-continua-a-banir-perfis-de-pessoas-trans%2F. Acesso em: 9 de nov. 2023.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SHIH, J. **Panorama da Inteligência Artificial Aplicada**. Aula ministrada no curso Inteligência Artificial: conceituação da tecnologia e impactos sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2023.

SILVA, T. Colonialidade difusa no aprendizado de máquina: camadas de opacidade algorítmica na imagenet. *In*: CASSINO, João F.; SILVEIRA, Sérgio A.; SOUZA, J. (Orgs.) **Colonialismo de dados**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021, p. 87-107.

SOUZA, L. **Elaborando uma ética queer**. 2022. 190 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/30290>. Acesso em: 9 nov. 2023.

STORM, A. Computer Vision Models: Stop Labeling Gender. **Medium**. 2021. Disponível em: <https://medium.com/@alexandriastorm/computer-vision-models-stop-labeling-gender-8b39c06d4ba7>. Acesso em: 27 nov, 2023.

SWAMINATHAN, A.; CHABA, M.; SHARMA, D. K.; CHABA, Yogesh. Gender Classification Using Facial Embeddings: A Novel Approach. **Procedia Computer Science**, v. 167, n. 1, 2020, p. 2634-2642. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050920308085>. Acesso em: 22 abr, 2024.

METRÓPOLES. **Tinder é acusado de transfobia e usuários relatam exclusão de perfis**. 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/tinder-e-acusado-de-transfobia-e-usuarios-relatam-exclusao-de-perfis>. Acesso em: 9 de nov. 2023.

RECLAME Aqui. **transfobia estrutural: estou sendo atacado pelo Instagram.**, Rio de Janeiro, RJ, 2 abr. 2021. Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-estrutural-estou-sendo-atacado-pelo-instagram_ashqLVbe6GqW3siy/. Acesso em 28 de nov. 2023.

RECLAME Aqui. **Transfobia no algoritmo do instagram**. Rio de Janeiro, RJ 10 mar. 2022. Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-no-algoritmo-do-instagram_1KF6MtGUWapq5Utl/. Acesso em: 28 nov. 2023.

RECLAME Aqui. **Transfobia no instagram**. Ribeirão Preto - SP, 11 out. 2022. Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/instagram/transfobia-no-instagram_XJAJ1qhaVi4AI_xM/. Acesso em: 28 de nov. 2023.

TRANS Murder Monitoring: TMM Absolute Numbers Sept 2023. **Transrespect versus Transphobia**. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Sobre os autores

Deborah Teles de Meneses Gonçalves - Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Aracaju-SE; E-mail: deborah.tdemg@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2614771620533919>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7548-2208>.

Giulia Pereira Santos - Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora da rede Municipal de Estância-SE; São Cristóvão-SE E-mail: giups@academico.ufs.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9054506149764963> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4686-6489>.

Paulo Boa Sorte - Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. Professor Associado do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Líder do grupo de pesquisa Tecnologias, Educação e Linguística Aplicada (TECLA/UFS); Aracaju-SE Email: pauloboasorte@academico.ufs.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0116830050245232>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0785-5998>.